



Nº 22 - ABRIL 2021

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS



FOTO: JOYCE FONSECA

Periferias contra a fome e pelo direito à terra

Comitê Chico
Mendes luta pela
Amazônia

Autor de *Torto Arado*,
Itamar fala sobre o Brasil
para o Brasil

AGENDA DE LUTAS ABRIL DE 2021



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



As periferias do campo e da cidade unidas em luta contra a fome e pelo direito à terra

A fome é uma realidade para milhões de brasileiros e brasileiras atualmente. Em termos mais precisos, em mais da metade dos domicílios do país (55,2%) vivem 117 milhões de pessoas em insegurança alimentar, o que significa que estão sem acesso pleno e permanente a alimentos. E são 19,1 milhões de brasileiros que efetivamente passam fome, segundo dados do Inquérito Nacional sobre Segurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar.

Ademais, a fome também tem cor e gênero: em residências com maioria de pessoas brancas, a fome atingia 7,5% do total. Em residências em que predominam moradores/es negras/os,

são 10,7% que passam fome. O que significa dizer que, no Brasil, a cada dez lares de famílias negras, pelo menos um efetivamente não tem o que comer para sobreviver. Nos domicílios chefiados por homens, são 7,7% do total, subindo para 11,1% no caso dos chefiados por mulheres.

Essa situação agravou-se com a pandemia de Covid-19, mas, sobretudo, é resultado de um projeto histórico de desenvolvimento, atualmente em curso para o país, baseado no capitalismo que incentiva o agronegócio, o latifúndio e as grandes empresas multinacionais, em detrimento da agricultura familiar e dos pequenos produtores/es rurais, ainda que estes sejam responsáveis por mais de 70% da produção de alimentos no Brasil.

Para mudar o cenário da fome, a Reforma Agrária precisa ser o primeiro passo a ser dado, já que, sem terra de qualidade para produção, não há como garantir alimentos para a população brasileira. O Estado, em vez de incentivar política e economicamente o agronegócio, deveria garantir terra, assistência técnica, financiamento e comercialização para quem quer plantar através da agroecologia e também ter políticas de defesa dos territórios de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas.

Os coletivos, movimentos sociais, partidos de esquerda e ativistas em geral podem e devem contribuir com essa luta por meio da articulação política para garantir comida e a sobrevivência imediata da população em situação de fome. Todavia, é imperati-

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, LINDBERGH FARIAS, MÁRCIO JARDIM, VALTER POMAR

vo ter o entendimento de que o combate à fome não será possível apenas por meio de ações e conscientização individuais, mas sim da conquista de um outro projeto político para o país.

É dialogando sobre o tema da luta pelo combate à fome e pelo direito à terra que apresentamos esta edição da **Revista Reconexão Periferias**. Na entrevista do mês, um bate papo exclusivo com Itamar Vieira Jr., autor do premiado livro *Torto Arado*, no qual ele fala sobre a luta pela terra e das motivações e reflexões promovidas por sua obra.

Janaína Cristina Anacleto e Deise Alves escrevem um artigo sobre a percepção de cada uma delas, mulheres com trajetórias em assentamentos rurais, sobre a luta contra a fome e pela terra na região do Vale do Paraíba.

A partir da ótica dos remanescentes de quilombos, Ana Carolina da Silva, natural de Mirandiba (PE), quilombola, apresenta a importância que a terra e sua ancestralidade têm para a luta dos povos quilombolas.

No artigo de André da Silva Cunha, “Receitas para vencer a fome no Brasil”, é retratada a realidade da fome e das percepções dos moradores sobre essa questão em uma comunidade de Belo Horizonte (MG), na Vila Pedreira Prado Lopes. A Associação de Apoio e Proteção a Comunidades Carentes (Apacc) realizou uma pesquisa nessa localidade, a qual reforça a importância da solidariedade para vencer a fome no Brasil.

No perfil, o destaque da edição é o Comitê Chico Mendes, que surgiu justamente na época do assassinato do líder sindical seringueiro, em 1988, em uma emboscada nos fundos de sua casa, por ordem de grileiros que desejavam impedir sua luta contra o desmatamento. A história da organização é relatada pela filha dele, a ativista ambiental Angela Mendes, que se dedica a propagar o legado do pai em defesa dos povos e da floresta.

Na seção Quando Novos Atores Entram em Cena, a trajetória do deputado federal pelo PT Carlos Veras.

Pernambucano de Tabira, 39 anos, é agricultor familiar, casado, pai de quatro filhos. Formado em Serviço Social, Veras iniciou sua trajetória política aos 18 anos como presidente da Associação Rural de Poço de Dantas (Tabira).

Na sessão de Arte, é apresentado Trevo Ribeiro, poeta de Xapuri (AC) que lança seu primeiro EP “A Mata Cobra”, tendo como inspiração poética a vivência amazônica.

O cenário em que vivemos segue cada dia mais duro para as famílias das periferias, sejam elas do campo ou da cidade. A falta do que comer, de um local para morar, de terra para plantar ou de um emprego, além da constante ameaça mortal pelo vírus da Covid-19, torna muito difícil a realidade cotidiana. Nossas entrevistas e artigos mostram essa realidade, mas trazem também a perspectiva da união e da solidariedade para sobrevivermos e lutar por dias melhores. E é com essa esperança que seguimos!

Boa leitura! Boas lutas! ■

Desafios da luta pela terra no Vale do Paraíba e a superação da fome

JANAÍNA CRISTINA CORA SANTOS ANACLETO E DEISE ALVES

JANAÍNA CRISTINA CORA SANTOS ANACLETO É ASSENTADA NO ASSENTAMENTO CONQUISTA, EM TREMEMBÉ (SP), MÃE DE DUAS MENINAS, AGRICULTORA, EMPREENDEDORA E DONA DE CASA.

DEISE ALVES É FORMADA EM GEOGRAFIA PELA UNESP DE RIO CLARO, EX-ASSESSORA DO MOVIMENTO SINDICAL RURAL EM RIO CLARO E EX-PRESIDENTA DA COOPERATIVA DO ASSENTAMENTO DE TREMEMBÉ (SP).



FOTO: ACERVO DO MST

A luta pela terra na região do Vale do Paraíba iniciou-se na década 1990, com a ocupação, em fevereiro de 1994, na Fazenda Horto Tremembé, que pertencia à Petrobras. A ação foi articulada pelos dirigentes do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e de representantes de entidades de classe - sindicatos ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Várias forças de esquerda e progressistas participaram do processo de ocupação até a conquista definitiva da terra.

O MST deslocou 120 famílias da região de Sorocaba que estavam acampadas na Fazenda Iperó até o município de Tremembé. A chegada dessas famílias trouxe

o debate sobre a importância da Reforma Agrária para o âmbito da esquerda na região. Vale destacar que o município de Tremembé está no contexto de uma região

extremamente conservadora do Vale do Paraíba até os dias de hoje.

Atualmente, o Assentamento Conquista é formado por 103 famílias,

em torno de oitocentas pessoas. São vinte e sete anos de existência. A localização é privilegiada, faz divisa com os municípios de Taubaté e Pindamonhangaba. Fica a 175 Km da capital paulista.

Infelizmente, a atuação do Incra, responsável administrativamente pela área, tem deixado lacunas significativas nos aspectos ambiental, produtivo e jurídico. Por outro lado, os protagonistas dessa ocupação, com o tempo, se individualizaram e passaram a ter um papel determinante nas relações capitalistas do campo e cidade, tornando-se atravessadores dos produtos produzidos pelos assentados. Como também há exclusão e oposição à participação de mulheres nas instâncias da organização.

Mas, nem tudo está perdido. Duas mulheres do assentamento, Deise e Janaína, assumiram o Projeto da Agroecologia. Temos 5 assentados(as) que implantaram por meio de mutirões sistemas agroflorestais (SAFs) em suas respectivas

unidades de produção. Também está em curso um projeto coletivo no lote 28, onde funcionarão uma cozinha para processamento de produtos agroecológicos, um viveiro de mudas nativas e frutíferas, uma pequena estrutura para extração de óleos de plantas (óleos essenciais) e uma mandala de ervas aromáticas e medicinais e coletores de sementes nativa. Estamos reestruturando a cooperativa mista, que englobará outros produtores/assentados da Região do Vale do Paraíba.

Resgataremos por meio desses projetos a participação feminina nas instâncias de decisão e na multiplicação de conhecimentos teórico e prático.

Deise Alves

Como mãe, mulher, agricultora, assentada de reforma agrária, sinto profundamente cada notícia sobre fome, falta de saneamento e tantas outras que nos fazem ver como muitos se encontram em situações desumanas.

Mas trazendo tudo isso para nosso universo agrário, sinto ainda mais e tão profundamente. Afinal, temos terra, espaço onde poderíamos produzir comida para saciar não só nossa fome mas de outros. E então surge a pergunta: por que não o fazem? Muitos não dimensionam os custos de implantar uma horta, uma roça, um pomar. Minha visão nesse momento é que precisamos urgente de orientações e recursos, educação ambiental, capacitação, pois sem isso a terra não nos basta.

Ao contrário traz sentimento de culpa, de revolta por sentir fome, por ver filhos sem o básico em meio a essa pandemia, onde o trabalho fora se tornou escasso e perigoso, pois muitos assentados trabalham para terceiros em vez de em suas próprias terras, deixam para trás terras que deveriam ser nossa fonte de renda e vão ganhar o pão trabalhando para outros, o que é fonte de dor e vergonha.

Mas eu, especificamente, defendo projetos que

educam, que defendem, que empoderam o meio rural. Mesmo sem grandes recursos e com passos de formiguinha nossa família tem vivido, trabalhado e tirado recursos com o uso da terra, e, principalmente, com o cuidado com a terra. Conhecemos a agroecologia e ela nos libertou desse paradigma de que para plantar e colher teríamos que gastar horrores com insumos. Em meio à pandemia, além do aumento do preço, existem inúmeras dificuldades de logística. Com a agroecologia aprendemos a usar recursos da propriedade, reduzindo custos. É claro que a mão de obra nesse modelo também

aumenta, mas criar os filhos tendo alimentos de qualidade orgânicos/ agroecológicos vindos de sua propriedade é de um valor imensurável.

Por estar inserida nesse modelo de agricultura eu reafirmo com toda a certeza que a fome dói não só no físico mas na alma, pois sentimos muito saber que poderia ser diferente.

Queria escrever esse texto e apenas dizer que o movimento agrário salva, liberta e empodera, porém, deve ser repensado, revisado e realmente trazer soluções para acabar com a fome.

Hoje, mais do que nunca, nesse contex-

to, deve-se ensinar de forma correta onde se produz comida e se semeiam sementes limpas de transgênicos, onde se ensina uma agricultura limpa de agrotóxicos, pois dar terras apenas não mata a fome de ninguém. Dar terra, conhecimento e recursos pode sanar a fome de toda uma comunidade.

Um assentamento produtivo pode virar um centro de vendas, e também de doações, pois na agricultura sempre há abundância e se feita de forma correta poderíamos não apenas sobreviver mas viver da terra.

Janaina Cristina Cora Santos Anacleto

FOTO: FAO/ONU



Itamar Vieira Jr, autor de *Torto Arado*, fala da luta pela terra

POR ISAÍAS DALLE

“Se soubesse de tudo que se passa em meus pensamentos, essa procissão de lembranças enquanto meu cabelo vai se tornando branco, serviria de coisa valiosa para quem quer que fosse, teria me empenhado em escrever da melhor maneira que pudesse (...) porque da minha boca poderiam sair muitas histórias que serviriam de motivação para nosso povo, para nossas crianças, para que mudassem suas vidas de servidão aos donos da terra, aos donos das casas na cidade”.

Assim, como num suspiro, uma das personagens que narram a saga descrita no livro *Torto Arado* reflete sobre o que se passou e como poderia ter sido o futuro.

Mas o verdadeiro fazedor das palavras que compõe esse romance, o escritor, geógrafo e etnógrafo Itamar Vieira Junior, conseguiu completar a aventura de maneira notável. Premiado, sucesso de vendas e de crítica, *Torto Arado* representa um passo

adiante na literatura regionalista e vislumbra um futuro diferente para as novas gerações dos povos quilombolas, indígenas, ribeirinhos.

“Podemos dizer que se o Brasil pouco avançou na redução de desigualdades durante essas décadas, o mesmo não aconteceu com as pessoas. Elas já vivem em uma outra realidade, seja provocada pelos sindicatos, seja pelos movimentos sociais. Se elas podem se amparar



FOTO: ACERVO PESSOAL

umas nas outras, aprenderam que juntas têm mais força”, diz Itamar, nesta entrevista para a **Revista Reconexão Periferias**.

Acompanhe:

Itamar, seja bem-vindo. A edição deste mês da **Revista Reconexão Periferias** é dedicada à questão da luta pela terra, portanto da luta pela igualdade e pelo combate à fome, que volta a assolar nosso país. O que você imagina que os

povos do campo, e mais especificamente os povos quilombolas, presentes no seu livro e nas suas pesquisas acadêmicas, podem ensinar ao Brasil?

Existe uma coisa que é muito interessante sobre os povos quilombolas, indígenas, as comunidades tradicionais como um todo, ribeirinhos: é que a despeito uma política muitas vezes genocida que o Estado brasileiro perpetrou durante muitos séculos – se a gente for pensar no Brasil Colonial, no Brasil Império, em toda essa trajetória do Brasil República, como esses povos ficaram relegados ao esquecimento e só mais recentemente, nos últimos anos, é que passaram a ser objeto de políticas públicas que visam dar mais dignidade e reparação histórica – essas comunidades podem nos ensinar a resistir. Porque mesmo a despeito de tudo que passaram, de tudo que foi feito para eliminá-las da nossa sociedade, ainda assim conseguiram resistir e chegam aos nossos dias em grande número.

Mesmo se você pensar nos povos indígenas, no genocídio que eliminou uma parcela significativa, ainda assim aqueles que resistiram conseguiram chegar aos nossos tempos, e mostrando como importante é conhecer o ambiente onde se vive, respeitar esse ambiente, conservá-lo e preservá-lo, ainda que nem tudo que eles precisam dependa disso, dependa desse conhecimento. Há outras formas de violência que atravessam as vidas dessas pessoas, seja a espoliação dos seus territórios, seja a ausência de políticas públicas para reduzir, mitigar as desigualdades sociais, e ainda assim eles conseguem chegar aos nossos tempos. Então acho que eles têm muita coisa para nos ensinar sobre resistir. Ainda que não seja o ideal, mas você conseguir se alimentar, você conseguir se desenvolver por gerações, conseguir criar seus filhos com todas as dificuldades num ambiente completamente adverso, acho que eles têm muito a nos ensinar sobre tudo isso.

Você falava dessa luta, dessa dificuldade, o seu livro é muito permeado desse sofrimento, quase onipresente. Houve outros livros também que trataram da realidade das populações pobres que vivem no interior do país, podemos citar vários, eu lembro aqui de “O Quinze”, de “Vidas Secas”. Todos tratavam dessa realidade, mas com um travo que eu chamaria de desesperança, como se fosse uma situação incontornável. Seu livro muda um pouco essa perspectiva?

Eu acho que todo o autor dá um testemunho do seu tempo. Eu penso que para Rachel de Queiroz, para o Graciliano Ramos, todos aqueles autores da geração de 30, 40, que trouxeram essa realidade tão marcante do campo brasileiro, em especial do campo do Nordeste brasileiro, para a sua literatura, eles testemunhavam um tempo, e as suas obras refletem esse tempo. Da mesma forma que eu acho que *Torto Arado* reflete um pouco do tempo em que eu vivo, e esse tempo, se é também

de permanência, porque a gente consegue fazer associações entre essas obras, ou seja, podemos dizer que o Brasil pouco avançou na redução de desigualdades durante essas décadas que separam estes livros que nós falamos de *Torto Arado*, o mesmo não aconteceu com as pessoas. Elas já vivem em uma outra realidade. Já há uma rede de informação, seja provocada pelos sindicatos, pelos movimentos sociais. Então elas não estão absolutamente desamparadas, se elas podem se amparar umas nas outras, aprenderam que juntas têm mais força. Muita coisa mudou, e o que o acho que é mais marcante é que o tempo da conciliação parece ter passado para essas pessoas. A conciliação estava lá no passado, talvez no pós-abolição, quando estavam começando suas vidas, pretendiam que essas vidas fossem livres, mas as condições econômicas não permitiram que isso fosse possível, e elas continuaram numa relação de servidão, como é retratada no livro, essa

relação de servidão que chega aos nossos dias. Eu me lembro muito bem quando eu comecei como servidor público, como eu, quando comecei a trabalhar no campo, em 2006, e cheguei ao interior do Maranhão e encontrei comunidades quilombolas, de trabalhadores acampados, inúmeras comunidades tradicionais. Quando eu cheguei e percebi que pouca coisa daqueles romances que fizemos na adolescência havia mudado, isso gritou aos meus olhos, me deixou em choque mesmo saber que pessoas ainda viviam em terras alheias, cultivando sem direito a remuneração. A escravidão só havia mudado de nome, só foi maquiada, porque a exploração continua a mesma. Ainda hoje nos nossos dias a gente encontra muitos trabalhadores resgatados em condição, eu nem digo análoga, eu acho que é um eufemismo, em condição de escravidão mesmo. Estamos no século 21 e as pessoas ainda vivem uma exploração de

trabalho que remonta a esse tempo mais cruel da nossa história.

O que eu posso perceber é que hoje as pessoas não aceitam de forma subserviente essa exploração. Quando elas encontram uma brecha, quando elas podem reivindicar seus direitos, quando elas se apoderam das informações, quando elas se apoderam da educação, elas correm atrás dos seus direitos. E a Constituição de 1988 colocou em pauta os direitos quilombolas. Não só dos quilombolas, mas de outras comunidades tradicionais, mas as comunidades quilombolas existem em grande número no Brasil. Eu sei que existem 2, 5 mil comunidades certificadas pela Fundação Palmares, mas existem pelo país entre quatro e cinco mil comunidades quilombolas. Esses anos, quinze anos em que eu trabalho com populações do campo, eu tenho visto que elas se apoderaram de informações, de educação, e hoje lutam, já não aceitam de maneira tão subserviente essa realida-

de. Elas estão dispostas a lutar. E o nosso tempo tem inúmeros exemplos, desde (o massacre de) Eldorado dos Carajás, que completa 25 anos neste ano, passando por inúmeras outras situações terríveis. O que a gente tem percebido é que essa relação tem mudado.

Lembrando que o Itamar é trabalhador público do Inbra, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, então os escritos dele refletem um pouco uma experiência de vida que ele tem muito especial. Você falava da organização, dos movimentos, dos sindicatos. Há um personagem nesse livro, que é o Severo, que começa a se associar aos

sindicatos e começa a se apropriar da questão da luta coletiva. Eu queria falar também de um momento da Belonísia, quando ela, para defender a Maria Cabocla das agressões do marido, chega a colocar uma faca – faca que é um personagem importante no livro – ela coloca a faca no queixo do agressor, e o agressor se desmancha, perde ali toda a braveza. Essa questão da violência é muito presente – no filme “Bacurau” por exemplo. Você dizia há pouco que o tempo da conciliação passou. Como que você imagina o lugar da violência contra a violência que se sofre?

Eu acho que a violência, Isaías, é sempre o últi-

mo recurso, ela, por si só, não traz ganhos, não muda muita coisa. Mas às vezes a violência é a única linguagem que o opressor conhece, e daí o outro às vezes precisa recorrer a ela para poder se fazer ouvir também. É claro que isso aqui não é uma apologia à violência, de forma alguma, mas para pessoas que vivem em situação de extrema vulnerabilidade como as que são retratadas no livro, e esse trecho que você muito bem citou é um exemplo que se dá dentro da própria comunidade, porque ali o opressor é alguém da comunidade, é um homem que infelizmente reproduz a sociedade machista onde vive, e essa sociedade machista atravessa pessoas de todas as origens, podem ser brancos, negros, indígenas.

Eu lembro muito bem, nos protestos dos Estados Unidos no ano passado, protestos antirracistas desencadeados pela morte do George Floyd, houve muitas ações violentas, com depredação de prédios, de veículos, e eu vi uma ativista falando, ela



ALTAR DE JARÉ, CULTO AFRO-BRASILEIRO BASTANTE PRESENTE EM "TORTO ARADO"
FOTO: JARÉ DA CHAPADA DIAMANTINA

tentou estabelecer semelhanças: aquele homem foi retirado de sua comunidade brutalmente, foi assassinado sem direito a defesa, sem direito a um julgamento justo, e agora reclamam pelas vidraças, reclamam pelos bens que estão destruídos né, essa é a linguagem que vocês nos ensinaram, ela dizia. É como vocês agem conosco. Estamos devolvendo para ver se isso diz algo a vocês. Às vezes o que eu penso é que a violência é a única linguagem que o opressor conhece. Vamos pensar na violência desproporcional no massacre de Eldorado dos Carajás, ou então no massacre de Pau d'Arco, que não faz tanto tempo, lá no Pará, ou ainda no assassinato da ativista Dorothy Stang e de inúmeras pessoas que não ganham espaço na imprensa para ter suas mortes relatadas. O que queremos no fundo é superar tudo isso, mas, para que a gente possa superar, é necessário que haja justiça social, para que haja paz é necessário que haja justiça social, haja redução de desigualdades, haja terras para indígenas

e quilombolas, haja direito à educação para todos. Só assim a gente vai reduzir a violência.

A imagem da faca, um elemento presente no livro, especialmente na abertura, parece simbolizar mistério e também a culpa resultante da desobediência. A faca era mantida por uma senhora muito religiosa – a fé religiosa é algo muito forte nesse livro, fé que o próprio pai das personagens parece relativizar ao final da vida, em outro momento do livro. A ancestralidade e a fé que a acompanham é usada pela mãe como argumento para justificar a aceitação do destino. Aí eu queria perguntar: até que ponto fé e ancestralidade devem ser preservadas e até que ponto se deve romper com esses valores em busca da libertação?

No livro há um retrato um pouco íntimo e muito do que eu vivi em relação ao tempo, às histórias de inúmeras famílias que eu conheci e essa relação en-

tre fé e ativismo. Depois essa fé vai se transformando em outras coisas, termina virando ativismo, que está mais relacionado aos movimentos, aos sindicatos, ela ganha outro corpus. Mas quando não era possível, quando não existia essa possibilidade, a religião tinha um papel muito importante no grupo, era uma forma de organização, de percepção de mundo, existia ali uma hierarquia entre a pessoa que detinha o conhecimento místico, o conhecimento mágico. No caso do livro era o pai das protagonistas, o Zeca Chapéu Grande. É muito interessante isso, porque no meu doutorado eu estudei uma comunidade onde o jarê tinha uma importância muito grande, na Chapada Diamantina. E eu passei a estudar o jarê. Pouca coisa havia sido escrita no Brasil sobre o jarê. Eu encontrei apenas duas teses, uma delas virou livro, uma tese da professora Miriam Rabelo, que hoje é professora da Universidade Federal da Bahia, e uma tese de um

antropólogo, Gabriel Bagnaggia, que defendeu no Museu Nacional. Os dois excelentes trabalhos que me permitiram conhecer mais o jarê. E eu nos meus trabalhos de campo pude frequentar uma casa de jarê e ouvir inúmeros relatos, e ver como essa crença, no fundo, era uma rede de solidariedade, de irmandade, o que permitiu que essas pessoas atravessassem o tempo, esse tempo de imensa adversidade, minimamente íntegros, com uma certa integridade moral e física, e impediu que essas pessoas sofressem outras violências piores.

Há uma dimensão ética também.

Exatamente, uma dimensão ética da vida. Então meu interesse advém muito disso: como uma crença religiosa permitiu que essa sociedade – e aí são inúmeras que praticam o jarê na Chapada Diamantina - atravessasse o tempo de maneira íntegra. E é claro que aquela fé mantém uma relação com ancestralidade, que é um elemento importante

da vida dessas pessoas. Porque a ancestralidade, se a gente for olhar identidade e ancestralidade, têm uma relação intrínseca, uma coisa não existe sem a outra. Então, para a gente se firmar como humanos de direito, e saber quais são os nossos direitos, a gente muitas vezes recorre à nossa ancestralidade. Eu sou o quê neste mundo, por que eu ocupo este lugar desprivilegiado, ou por que eu ocupo este lugar privilegiado? O que é que aconteceu neste percurso? A ancestralidade às vezes nos dá uma resposta, principalmente num país como o nosso Brasil, que viveu a brutalidade da colonização, a dizimação de povos indígenas, um sistema econômico escravagista que durou quase quatro séculos. Ou seja, a gente passou mais tempo no sistema escravagista do que num sistema de pseudoliberalidade. O que seria liberdade? Mas, enfim, é um sistema



"A REDENÇÃO DE CAM", QUADRO DE MODESTO BROCOS REALIZADO EM 1895
CRÉDITO: ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL

muito melhor do que o que vivemos nesses quatro séculos de escravidão, mas ainda assim os lugares que as pessoas ocupam hoje na sociedade têm uma relação muito direta com esse passado ancestral. Isso é importante para que a gente possa, por exemplo, criar políticas públicas para mitigar e reduzir desigualdades. Um exemplo que eu acho mais bonito, mais importante, uma das coisas mais importantes que aconteceram no Brasil dos últimos anos, foi o sistema de cotas nas universidades públicas. É uma política que veio para reduzir essa desigualdade. Daí a importância da variável raça, a importância da

variável cor nessa seleção. Essas pessoas começaram a ocupar massivamente a universidade pública, e isso tem se refletido inclusive no debate público que está posto hoje. Acho que nunca se discutiu tanto o racismo no Brasil como nos nossos dias. Pode até parecer que o país de agora é mais racista do que o país em que nossos pais e nossos avós cresceram, mas não é. É porque hoje isso está posto no debate público, porque a gente tem permitido que os nossos jovens, adultos e adolescentes cresçam com essa consciência. E o espaço da universidade é um espaço excelente para que esse debate seja posto, com o arcabouço teórico necessário, para que quando essas pessoas ocuparem o espaço público, possam debater de igual para igual.

Você teve acesso à universidade também por intermédio de algo parecido com as cotas?

Não, e infelizmente não, porque eu teria orgulho de falar. Eu entrei na universidade em 1999, e o sistema de cotas começou

em 2005, então eu não pude. Mas eu vi uma revolução na universidade, porque eu saí em 2017, quando concluí o doutorado. No intervalo de quase 18 anos eu vi uma transformação enorme na universidade. Quando eu entrei na universidade ingressavam todos os anos acho que 2,5 mil, 3 mil alunos, e esse número se multiplicou por quatro quando eu saí. Não só na Bahia, onde eu vivo. Como a gente participa de congressos, muitas coisas, a gente viaja pelo país e vai para outras universidades públicas, eu vi que elas passaram pelo mesmo processo. A gente viveu uma pequena revolução que mostra que é possível, sim, alterar esse sistema injusto que ainda permanece. Algumas pessoas, que fazem muito barulho, têm imensa saudade desse Brasil escravocrata, desse Brasil de subserviência. Ainda bem que é uma minoria, mas ela faz um imenso barulho, faz uma imensa confusão. Acho que a maioria quer mudanças de fato, mudanças efetivas, se importa com o

outro.

Você falava de suas andanças pelo Brasil e eu quero aproveitar e perguntar: você acha que a indústria cultural de uma forma geral retrata a experiência negra muito referenciada no padrão São Paulo, Salvador, capitais em geral, grandes centros urbanos? Se sim, você acha que o livro contribui para dar uma alterada nesse eixo geográfico?

É claro, uma parcela significativa da população do país vive no Centro-Sul, mas o que eu tenho percebido é que as manifestações culturais não obedecem a uma ordem, né. E essas expressões populares muitas vezes têm ganhado um espaço nos últimos anos, numa projeção nacional. Isso é importante para que a gente perceba e entenda o Brasil como um país diverso, um país multicultural formado por muitos povos. Eu fico pensando nas grandes redes de TV, porque eu acho que é o que de mais imediato chega quase a todas as casas.

Nestes tempos duros de pandemia, de circulação restrita, o espaço público não tem sido ocupado, porque era onde ocorriam essas manifestações, do Carnaval, as festas populares, as festas de largo como as que existem aqui em Salvador. Infelizmente isso não tem sido possível por conta da pandemia. Mas eu vejo por exemplo que hoje até a TV, que era muito refratária a essas mudanças – sempre as telenovelas traziam personagens negras em posição de subalternidade – eu posso perceber que existe uma mudança em curso. Cada vez mais as pessoas têm interesse em conhecer esse país, um país onde 55% da população é declarada negra ou parda. Aliás, o pardo não diz respeito só ao negro, nessa categoria aí tem uma parcela significativa de mestiços, negros e indígenas que entram também nessa categoria. Daí obras que trazem esse protagonismo negro, que parece ser uma ansiedade muito genuína de boa parte da população, de se ver reconhecida em livros, filmes, peças de

teatro, telenovelas. Eu falo por mim. Durante muito tempo – eu já tenho 41 anos – eu vejo uma mudança mais acentuada nos últimos 20 anos, mas durante muito tempo eu procurei literatura brasileira contemporânea que tratasse de uma realidade mais próxima minha, ou mais próxima da que eu conhecia, mas a maioria ainda falava sobre homens brancos vivendo no Rio ou São Paulo, pertencente a uma classe média. O que é natural, porque as pessoas que dominam a escrita geralmente vêm dessa classe, ou as editoras acham isso, que as pessoas que dominam a escrita vêm dessa classe. Porque no fundo, no fundo, a Carolina Maria de Jesus nos mostrou que qualquer pessoa pode escrever, desde que tenha vontade, uma obra atemporal, significativa. *Quarto de Despejo* completou ano passado 60 anos.

Quando você fala em *Quarto de Despejo* eu lembro do Audálio Dantas, que era um jornalista e percebeu ali aquela potência e ajudou

a Carolina a canalizar isso.

O Audálio era um homem sensível, ele leu aquele diário e viu que tinha valor, ele ajudou a Carolina a seguir o projeto de vida dela.

Isso também diz um pouco sobre como essa luta antirracista pode ser ampliada, deve ser ampliada e abraçada por muito mais gente. Eu aproveito para fazer uma pergunta que me foi sugerida pelo Paulo César Ramos, que é nosso companheiro aqui do Reconexão Periferias. Há o mito das três raças e era muito presente ainda em obras até mesmo do Jorge Amado. E o Paulo quer saber se você considera que *Torto Arado* transcendeu esse mito.

Voltando àquele tema que eu falei, que o escritor escreve o que ele observa do seu tempo. No tempo do Jorge Amado, que escreveu uma obra muito importante que traz o protagonismo do povo para essa obra, de mulheres negras, de mulheres mestiças, existia ali uma ideia de mestiçagem

como utopia. Acho que boa parte da população foi enganada naqueles anos, imaginando que a mestiçagem poderia ser algo que diminuiria as nossas diferenças, enquanto, sem saber, estávamos no projeto eugenista do Estado. Esse projeto é muito claro, pós-abolição, perceberam que o país tinha uma proporção imensa de população negra, trouxeram muitos imigrantes europeus para diminuir essa concentração de negros no país. Durante um tempo a mestiçagem foi incentivada. Existe até o quadro, muito famoso, “A Redenção de Cam” (pintura de Modesto Brocos, realizada em 1895), que mostra uma mulher negra, com uma filha negra de pele clara, casada com um homem branco que tem um filho mais claro ainda. Esse quadro mostra um projeto de sociedade, direcionado pelo próprio Estado brasileiro. Daí quando se nomeiam as pessoas como pardas, por exemplo, para dizer que as pessoas têm a pele mais clara, eu acho que nada

disso nos ajudou a superar a nossa desigualdade, a nossa tragédia social, muito baseada nesse passado eu que eu falei aqui antes. Daí a necessidade de se voltar às origens, à ancestralidade, para construir um processo identitário diferente. Eu não posso dizer que *Torto Arado* cumpre um tanto com isso, porque isso já vem de algum tempo na literatura brasileira. Mas não só na literatura brasileira, esse é um dos grandes temas da literatura universal do século 21, o tema da identidade. E isso é possível ver em muitos lugares, nos Estados Unidos, no Caribe e na África. Esse processo tem sido exaustivamente narrado, tem se transformado em obras sublimes, a gente tem muitos autores – ainda bem – africanos chegando ao conhecimento do público que vive em outros continentes. Esse é um tema importante para a humanidade, a gente precisa se aceitar nas diferenças e a gente precisa falar sobre essas diferenças, saber que lugar nós podemos ocupar na

nossa sociedade, que lugar nos foi negado e qual o lugar que precisamos ocupar. Vamos pensar no nosso parlamento: ali era um lugar para representar a sociedade brasileira, espelhar a diversidade do nosso povo, e não espelha. Há um abismo enorme, e a gente precisa falar sobre os processos identitários.

O Brasil de dez anos atrás, eu, nos meus piores pensamentos – e olha que eu era muito combativo, eu achava tudo muito pouco e muito devagar o que estava acontecendo – mas o Brasil de dez anos atrás era um país que que caminhava para esse lugar de reduzir desigualdades, de dar a voz aos que não tiveram. Eu nunca imaginaria nos meus piores pesadelos que o país iria retroceder tanto, que a gente voltaria a falar de fome, que a gente teria um governo com todo o seu primeiro escalão de homens brancos que vieram de lugares privilegiados, que não representa o povo brasileiro. Se você me perguntasse isso há dez anos, eu ia

dizer o Brasil estava num caminho sem retorno, democracia consolidada. Algo que eu vou carregar até o fim da minha vida é que a democracia é uma construção e a gente não pode se descuidar em nenhum momento. Temos uma democracia torta, mas ainda assim uma democracia, e que só vai se consolidar se todos puderem participar e ter voz na construção desse Brasil que queremos.

É importante também que as pessoas queiram participar. Acho que houve um esforço muito grande por parte das elites, com a ajuda da imprensa, para convencer as pessoas a não cuidarem disso.

E demonizar a política, como se fosse algo externo a todos, algo sempre sujo. Isso é uma falácia, não é verdade. Todos nós somos seres políticos. A gente que mora ou cresceu na periferia não prescinde de lideranças comunitárias, ou seja, a política é feita todo tempo, entre vizinhos, dentro da família, a política é algo de que a gente deve

se apropriar, a gente deve ocupar esses lugares. A gente não pode deixar a política para aventureiros, principalmente quem está na periferia.

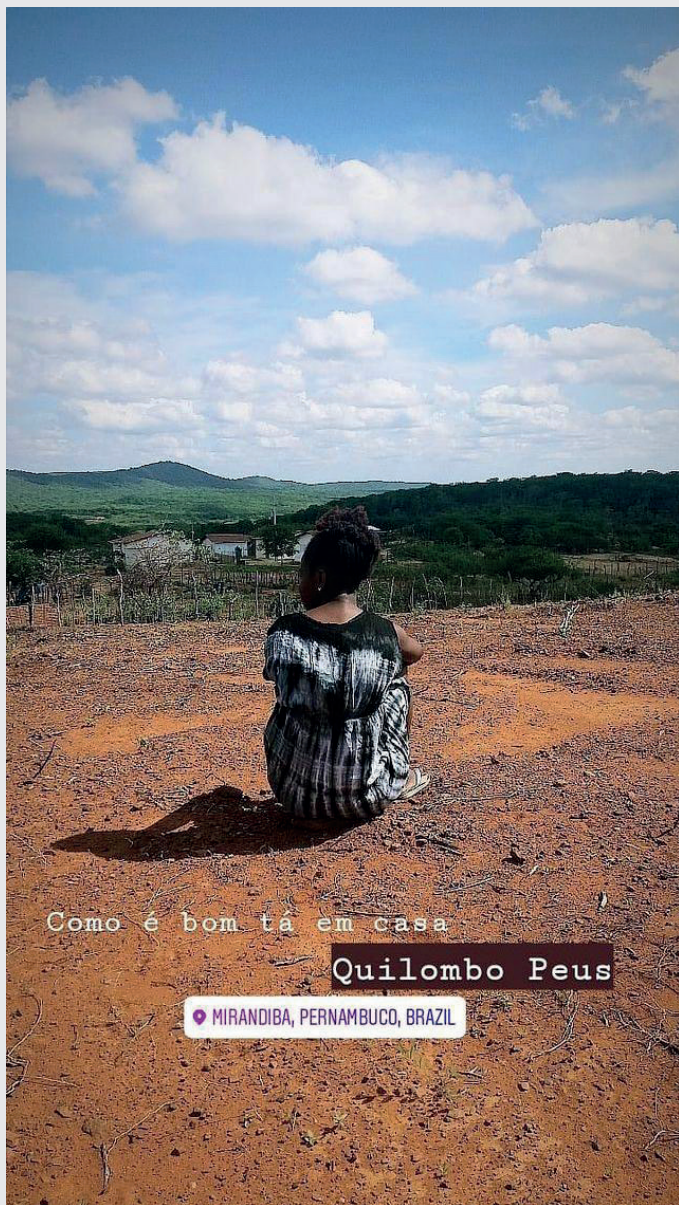
Itamar, de tempos em tempos surgem obras de impacto como essa que você fez, como foi também o filme *Que Horas Ela Volta*, que atingem grande número de pessoas, inclusive das camadas médias, e elas se comovem, reparam e concordam com a legitimidade e a justiça das lutas das classes oprimidas. Você acha que o seu livro permanece ou você teme que essa comoção passe e todos voltem às suas vidas ditas normais?

Só o tempo para dizer. O que eu posso falar como escritor e como leitor é que *Torto Arado*, pelo que eu tenho visto, muitos leitores me procuram para falar sobre o livro, é que ele tem tocado pessoas de diferentes origens, de Norte a Sul, de origens sociais distintas, pessoas que se reconhecem nesses personagens, ou que reconhecem seus pais,

seus avós. Muita gente não sabia por exemplo o que era servidão ou que era o sistema de morada e termina descobrindo isso, lendo o livro e fazendo analogias: 'Olha, meu pai viveu dessa mesma forma, minha avó viveu dessa mesma forma'. Ou seja, eu acho que é o Brasil se encontrando consigo mesmo. É o que eu tenho visto do percurso desse livro: o Brasil se encontrando consigo mesmo. O que eu posso dizer é que o meu sentimento enquanto escrevi esse livro era de comunicar algo que eu considerava importante. Eu tinha essa pretensão de contar o Brasil para os brasileiros. E o livro fez um percurso tão curioso, ele foi publicado primeiro em Portugal porque venceu um prêmio. Só por isso ele foi publicado e depois veio para o Brasil. O que posso dizer para você é que é eu fui movido por essa ideia de contar o Brasil para o Brasil. ■

O direito à terra dos remanescentes de quilombo à luz da ancestralidade

ANA CAROLINA DA SILVA



ANA CAROLINA NO QUILOMBO ONDE NASCEU, EM MIRANDIBA (PE)

Segundo os anciãos, ou seja, os mais velhos nas comunidades, remanescentes de quilombo são aqueles que nasceram, cresceram em

O objetivo central deste artigo é reafirmar que o direito à terra foi conquistado pelos quilombolas bem antes de 1988 e apresentar sua importância para o reconhecimento das lutas com a ótica ancestral dos povos quilombolas.

territórios que, no passado, eram um lugar de refúgio para os escravizados que conseguiam fugir. Ou seja, um quilombo, lugar onde os seus avós trabalhavam plantando e cuidando de animais, que foi passado para os seus filhos e assim por diante.

No que se refere ao reconhecimento desses territórios, a quem cabe decidir e quando decidir se o lugar é remanescente de quilombo ou não?

ANA CAROLINA DA SILVA É NATURAL DE MIRANDIBA- (PE), QUILOMBOLA, GRADUANDA DO 8º ANO DO CURSO DE DIREITO NA UNEB EM JUAZEIRO (CE) E TRABALHA EM UM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA. FOI ASSESSORA JURÍDICA POPULAR DE UM COLETIVO E ESTAGIÁRIA NA DELEGACIA DA MULHER

Até porque, onde um dia houve escravização, hoje tem remanescente de quilombo. Aqui predomina o entendimento de que cabe à própria comunidade se auto-reconhecer, por meio da continuidade das práticas religiosas, culturais e artísticas, tomando para si os ensinamentos dos seus ancestrais que foram passados de geração em geração.

Sobre o direito à terra

Importante fazer o questionamento de que apenas o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 faz menção ao direito à terra dos povos remanescentes de quilombo, sendo que estes estão na história do nascimento do país.

Não custa lembrar que, antes mesmo da abolição formal da escravização, em 1888, o Estado brasileiro se organizava juridicamente para impedir e evitar que os

quilombolas tivessem algum direito no processo de luta da abolição, principalmente o direito às terras em que viviam.

Em 1850 foi editada a Lei de Terras, que buscava regular a forma com que as pessoas poderiam ter a propriedade das terras no Brasil, e, por óbvio, somente aqueles que tinham afinidade política e econômica com os detentores do poder institucional podiam requerer esse direito. E os quilombolas eram vistos como inimigos, tanto que a Lei de Terras foi uma manobra perversa para impossibilitar que negros e negras, entre outros marginalizados, tivessem a segurança que a propriedade de um pedaço de terra traria.

O reconhecimento de um direito na Constituição Federal é dotado de significações múltiplas, porém, não existe garantias de que esse direito será efetivado ou até mesmo respeitado, até porque a Constituição está cheia de direitos

que no dia a dia não são realizados, como o direito à saúde, à moradia e à educação. Se pararmos para analisar, a garantia dada pela Constituição no artigo 68 não é dotada de certezas.

A ancestralidade e a terra

Os povos quilombolas, assim como as demais etnicidades, não se agruparam em uma única região do país, então os que o ligam é ancestralidade, o poder de saber que pertenceu a um povo forte, guerreiro e lutador. A ancestralidade como fonte de conhecimento é a base que ilumina o presente e o futuro, é o que acompanha as gerações, que modifica o mundo e eterniza a memória. A cola magna entre o passado e o presente é conservação de saberes.

A terra é o símbolo mais concreto, que tem sangue e suor dos escravizados, aqueles que lutaram para conquistá-la. É pela defesa do território que



ANA CAROLINA E SUA AVÔ MARIA LINDAURA, MAIS CONHECIDA COMO DONA LIQUINHA

gerações entendem o poder do pertencimento, percebem a importância da conservação de práticas ritualísticas, da religião e até da agricultura familiar.

Partindo de um pressu-

posto bastante legalista, existe a previsão na Constituição do direito à terra dos povos quilombolas, porém, ainda falta preocupação do Estado na execução do dispositivo legal, uma lei apenas no papel não se concretiza.

Não é somente ter o direito posto, mas sim entender que para muitas pessoas é um direito que reconhece história, reconhece sofrimento e luta, que não é uma caridade e sim uma conquista árdua. Ao longo da história, o povo negro foi menosprezado e teve a sua cultura desrespeitada e desprivilegiada, sendo diminuído, alijado de qualquer sentimento que o caracterize como ser humano. A terra é uma das fontes de refrigério deste povo, lembrando a vida e luta das pessoas que vieram antes para que existisse um presente e um futuro.

Por fim, a ancestralidade do povo quilombola é marcada por muita opressão e morte. Porém, por outro lado, marcada por vida e conquista que oportunizam a outros vislumbrarem e construir um mundo novo. ■

Quando novos atores entram em cena*

CARLOS VERAS, DEPUTADO FEDERAL (PT-PE)



FOTO: DIVULGAÇÃO

Quais seus planos para o mandato? Entre esses planos, qual a prioridade número 1, qual considera a demanda mais urgente?

As prioridades de nosso mandato são debatidas no coletivo com o nosso Conselho Político de representações diversas e plurais. Assumo a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em um momento no qual a população brasileira vem sendo abatida por um vírus perigoso e pela falta de compreensão

de Crédito Ecosol-Pajeú; tesoureiro da Agência de Desenvolvimento Solidário da CUT (ADS-CUT); vice-presidente da CUT-PE na gestão 2009-2012 e presidente no período de 2012/2015.

e de prioridade política do governo federal com as políticas de enfrentamento à Covid-19, o que põe em risco a sobrevivência da população brasileira. Por isso hoje nossa prioridade é o direito humano à alimentação e a necessidade urgente de dar enfrentamento à miséria no Brasil, que, infelizmente,

voltou ao Mapa Mundial da Fome. Outra prioridade associada é o direito à saúde pública e de qualidade, tendo a defesa do direito à vacina contra a Covid-19 para todos/as por meio do SUS. Por outro lado, nossa luta permanente é contra os retrocessos e a retirada de direitos da classe trabalha-

dora e contra o desmonte do Estado brasileiro através da privatização das empresas públicas e a enunciada reforma administrativa, cujos impactos serão bastante severos sobre a população, especialmente sobre os mais pobres, assim como deve comprometer duramente a soberania nacional.

Por que você decidiu ser parlamentar?

A decisão sobre ser candidato a deputado federal não foi uma escolha pessoal, e sim uma decisão coletiva da classe trabalhadora, por meio das direções sindicais, das associações trabalhistas, dos movimentos populares. Essas organizações que compõem a Frente Brasil Popular e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiram que era importante ter um representante legítimo desse campo no Congresso Nacional para que pudesse defender a pauta da classe trabalhadora e enfrentar as políticas de retrocessos e de ataques aos direitos, iniciadas com o Golpe de 2016 e aprofundadas agora no governo de Bolsonaro.

Como iniciou sua atividade política?

Eu despertei para a importância da participação política na adolescência, quando, em 2001, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, realizando a Caravana da Cidadania, foi ao município de Tabira fazer o lançamento da cooperativa de crédito então denominada Eco-sol. Eu estava no plenário com meu pai quando ele me chamou a atenção para a importância da participação na política e destacou que não bastava ser um adolescente revoltado, que reclamava das estruturas de poder, que questionava a miséria que assolava a vida de muitos dos nossos conterrâneos. Meu pai me mostrou que era importante participar da política e deu o exemplo de Lula, que quando ainda era criança saiu de Garanhuns no pau de arara, foi metalúrgico, presidente do sindicato e que seria o próximo presidente da República como um símbolo de resistência. Isso me fez entender que era importante participar da vida da comunida-

de, da vida das pessoas e da luta conjunta. Aí se iniciou minha vida política. Quando a gente fez um debate na comunidade e decidiu fundar a Associação Rural de Poço Dantas, a qual tive a honra de ainda muito jovem ser o primeiro presidente. Eu participei do processo de fundação da então Ecosol, sendo o associado número um da cooperativa de crédito. Integrei o Conselho Deliberativo da cooperativa, depois assumi direção e fui membro do Conselho de Desenvolvimento. Em seguida ingressei na direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Fui convocado pelos sindicatos rurais que compõem a Fetape e para ser vice-presidente da CUT-PE. Depois de dois mandatos na vice-presidência da Central, fui eleito o mais jovem e o primeiro agricultor familiar e presidir a entidade. Após dois mandatos consecutivos, em 2018, fui eleito deputado federal graças a essa luta unificada das organizações sindicais e dos movimentos populares do

campo e da cidade.

Qual o segmento social mais vinculado ao seu mandato?

A agricultura familiar tem uma presença muito forte no nosso mandato, não apenas por eu ser agricultor familiar, ter sido dirigente sindical do movimento de trabalhadores e trabalhadoras rurais, mas, pela importância que tem para a garantia da soberania alimentar e para a sobrevivência da raça humana. É devido à produção da agricultura familiar dos camponeses e camponesas que a raça humana pode sobreviver. Ainda mais neste contexto de aguçada insegurança alimentar, quando mais de cem milhões de brasileiras/os, ou seja, quase a metade da população tem dificuldade de acesso à alimentação com dignidade.

É uma categoria que, durante os governos do PT, obteve conquistas importantes e avanços significativos, mas que tem vivenciado um ciclo de retrocessos muito grande desde o golpe de 2016, seguido pelo governo Temer. E agora,

com o governo Bolsonaro, que desmonta a política de crédito, a política ambiental, a política de assistência técnica, a política de moradia rural, a previdenciária, a saúde e a educação. Daí a força da base rural no nosso mandato.

Em comparação com os parlamentares mais experientes, que novidade você quer apresentar na sua forma de trabalho?

Nós trazemos para a Câmara dos Deputados um mandato popular. É um trabalho coletivo, plural, horizontalizado e amplo. As decisões do mandato não são tomadas individualmente por mim ou pela equipe de gabinete. Nós temos um Conselho Político com mais de 170 lideranças que participam desse projeto, cujo papel é avaliar de forma permanente a nossa atuação e apontar os caminhos. Nós apresentamos em 2020 mais de 360 projetos de lei, que foram construídos a partir desse Conselho, com contribuições das/os trabalhadoras/es, seja do movimento sindical urbano, do movimento sindical rural e dos movimen-

tos populares. Isso somado à nossa presença na base, a gente faz questão de visitar frequentemente os assentamentos, as comunidades tradicionais, como quilombolas e indígenas, bem como participando das assembleias sindicais nas plenárias. Então, nosso mandato é fundamentalmente popular, com forte presença nas bases e nos coletivos e Conselho.

Como é ser um deputado originário da área rural?

É uma responsabilidade e ao mesmo tempo uma honra muito grande ser eleito o primeiro agricultor familiar deputado federal por Pernambuco para representar uma categoria tão importante como a agricultura familiar, que é responsável por mais de 70% dos alimentos que vão à mesa do povo brasileiro. Além disso, todo o nosso mandato está em total sintonia com as demandas e com a identidade do local de onde vim.

Conte-nos um episódio recente que tenha marcado sua trajetória, positiva ou negativamente.

Assim que cheguei à Câmara Federal participei da Comissão Especial da Reforma da Previdência e pude debater frente a frente com os demais parlamentares, muitos inclusive com muitos anos de casa, com vários mandatos e poder para retirar trabalhadoras/es rurais da reforma na Previdência. Fui muito firme e determinado, juntamente com toda a bancada de oposição, para não deixar que acabassem com a Aposentadoria Rural. Até cheguei a me arriscar no enfrentamento diante de uma denúncia de que havia um parlamentar portando arma de fogo na sessão. De qualquer modo, a gente não poderia se deixar intimidar pelo clima de ameaça e fomos ao debate de peito aberto lutar para derrubar a reforma da Previdência.

Por outro lado, como deputado de primeiro mandato, participar de uma comissão especial indicada pelo partido é algo muito desafiador porque se tratava de um tema muito relevante para a vida dos nossos e nossas

agricultores e agricultoras familiares, que era a reforma da Previdência. Conseguimos amenizar bastante o efeito da reforma. Mas ainda assim a reforma passou muito dura e muito ruim para a população brasileira, que precisa demais de Previdência Social integral, estável e segura.

O que você diria para os jovens que pensam em seguir carreira política?

O Brasil precisa da nossa juventude no *front* da política para defender os direitos conquistados por outras gerações com suor e sangue, que hoje estão sendo destruídos pelos governos ultraliberais na economia e reacionários nos costumes, como é o caso do atual, comandado por Bolsonaro. Outro desafio ainda maior para a juventude é buscar avançar nas conquistas, especialmente, nos campos da valorização das políticas públicas. É necessário lembrar que participar politicamente não se restringe a candidatar-se a cargos eletivos. Política se faz todo o tempo em todo lugar e sua negação

ou restrição é uma narrativa dos donos do capital e dos latifúndios para manter a população longe do debate político e dos espaços de poder a fim de manter seus privilégios e status quo, que perpetuam historicamente as desigualdades e as injustiças no país. Por isso, a juventude precisa valorizar a política participando dos movimentos sociais, dos movimentos populares e dos partidos políticos fazendo o debate e defendendo as liberdades, a democracia e um estado voltado aos interesses do povo brasileiro. Por fim, ingressar na luta política deve ser um desafio para todos os jovens e as jovens, especialmente mulheres, negros, indígenas, que precisam imprimir transformações radicais como condição para a conquista de sua própria dignidade e alcance da cidadania, cientes de que sem a política estaremos diante da barbárie. ■

*esta seção é inspirada em livro de mesmo nome, escrito por Eder Sader e lançado pela primeira vez em 1988

Receitas para vencer a fome no Brasil

ANDRÉ DA SILVA CUNHA

ANDRÉ DA SILVA CUNHA
É SOCIÓLOGO, PEDAGOGO,
MBA COACHING E GESTOR
DA ASSOCIAÇÃO DE
APOIO E PROTEÇÃO A
COMUNIDADES CARENTES
DE BELO HORIZONTE



FOTO: GETTY IMAGES VIA BBC

No mundo inteiro, uma em cada nove pessoas está em estado de fome. Tratando-se de crianças, homens e mulheres, atualmente temos 795 milhões de pessoas que não têm o que comer em nível mundial, segundo estudo realizado pela Fome Mundial, publicado pela Ação Agrária Alemã e pelo grupo Internacional Food Policy Institute de Washington.

Luta contra Fome. Uma Luta que terá fim?

No mundo inteiro, uma em cada nove pessoas está em estado de fome. Tratando-se de crianças, homens e mulheres, atualmente temos 795 milhões de pessoas que não têm o que comer

em nível mundial, segundo estudo realizado pela Fome Mundial, publicado pela Ação Agrária Alemã e pelo grupo Internacional Food Policy Institute de Washington.

No Brasil e em várias partes do mundo temos um grave tipo de fome: a

famosa fome escondida, que é composta por uma alimentação pobre, com produtos à base de amido, como arroz, milho ou trigo, produtos com poucas vitaminas e nutrientes e que ajudam a enfraquecer o sistema imunológico, uma vez que muitas famílias possuem pouca

renda para compra de outros derivados, como leite e carne. Atualmente no Brasil temos um grande desafio, a luta contra a fome, e após estudos diversos e vários levantamentos o brasileiro faz a seguinte pergunta: você concorda que a fome no Brasil está de volta?!

Esta foi a pergunta que fizemos em um questionário do coletivo Associação de Apoio e Proteção a Comunidades Carentes (Apacc), localizado na Vila Pedreira Prado Lopes, Belo Horizonte, a duzentos moradores de toda a capital mineira. A pesquisa foi realizada com o intuito de entender a realidade de moradores de vilas e aglomerados da capital. Dos entrevistados, 68% acreditam que a fome está de volta e atinge vilas e aglomerados e 58% alegam que nesta pandemia já passaram por dificuldades financeiras e fome, números alarmantes relacionados a um assunto tão importante para os menos favorecidos de nossa sociedade.

Temos sim de resistir e lutar contra a fome, uma

vez que muito pouco se fala e muito poucas são as ações de combate a ela que partem dos nossos governos, e a solução atual muitas vezes noticiada vem sendo realizada por ONGs, Associações e os coletivos têm se mostrado ativos e persistentes, mesmo sem nenhuma ajuda governamental. São exemplos de união que fazem a força para combater o inimigo que se tornou presente na mesa do brasileiro.

Algo que se tornou jargão preocupante entre todos é sabermos que a fome não espera, não podemos pedir a ela que passe no próximo mês. O Brasil

possui vários coletivos de luta que se demonstram cada vez mais aplicados a lutar para erradicar a fome, porém, trata-se de uma luta que envolve 32 milhões de brasileiros que podem perder renda e ficar em estado de pobreza, segundo estudo realizado pela Rede de Pesquisa Solidária e USP.

Somos mais fortes unidos, se todo coletivo contar com a ajuda de cada brasileiro, seja esta pessoa física ou jurídica, teremos sim a verdadeira chance de mudar este cenário. Mas isso só é possível de uma forma: com empenho e muito amor ao próximo. Com



FOTO: GETTY IMAGES VIA BBC



FOTO: GETTY IMAGES VIA BBC

a fome, temos o fator de maior preocupação à perda de emprego e renda, que desencadeia uma série de traumas, uma vez que existem várias formas de fome, porém a mais grave está sendo trabalhada dia a dia, sol a sol para ser reduzida por lideranças e Instituições sérias de nosso país.

Contudo a pergunta que não quer calar: Quando a fome irá acabar em nosso país?! Isto ainda não se sabe, mas sabemos o verdadeiro caminho que está sendo exemplo para todo o mundo pela união de pessoas físicas e jurídicas que estão realizando a mais linda corrente de apoio social de todos os séculos no Brasil. Um grande exemplo mundial que deve permanecer vivo para que os coletivos se unam em

prol de um único objetivo, no qual alimentos interagem com todas as questões sociais em prol de quem mais precisa e de todos, de empregadas domésticas, pessoas desempregadas, pessoas sem renda, negros e afrodescendentes, moradores de rua e de periferias que são as grandes vítimas da Covid-19. Em duplo

sentido, uma vez que estes são mais vulneráveis às questões que atingem diretamente a mesa do trabalhador. Porém, nossa primeira receita para erradicar a fome, a mais preciosa, será alcançada somente por meio da solidariedade social e amor ao próximo, ambos infalíveis para vencer a fome no Brasil. ■



FOTO: GETTY IMAGES VIA BBC

Comitê Chico Mendes difunde o legado da aliança dos povos em defesa da floresta

POR ROSE SILVA

O Comitê Chico Mendes surgiu justamente na época do assassinato do líder sindical seringueiro, em 1988, em uma emboscada nos fundos de sua casa, por ordem de grileiros que desejavam impedir sua luta contra o desmatamento. Nascido em um seringal em Xapuri (AC), ele se tornou referência mundial por ter sido pioneiro na proposta de um desenvolvimento sustentável para a Amazônia - cuja base fosse a preservação da mata e a relação harmoniosa do homem com o meio ambiente - e realizou um trabalho importantíssimo de organização dos povos da floresta.



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

A morte de Chico causou comoção mundial, pois governos de todo o mundo, já na época, se preocupavam com os efeitos da devastação ambiental. Como relata sua filha, Angela

Mendes, uma das fundadoras e atual coordenadora da organização, o Comitê dedicou-se, em seus primeiros meses, a pressionar para que os assassinos fossem presos, o que ocorreria pouco

depois, e condenados.

Segundo ela, a dominação da região amazônica por latifundiários do agronegócio indicava que o assassinato ficaria impune, como ocorreu

com diversas outras lideranças sindicais locais, entre elas Wilson Pinheiro. “Os amigos, seus companheiros militantes sindicalistas que acompanharam o velório, entenderam que a única forma de conseguir que isso não acontecesse era pressionando a opinião pública, o Poder Judiciário e o governo brasileiro a punir os assassinos”, lembra ela, que na época tinha apenas 18 anos.

Desde então, o Comitê passou a atuar com a difusão dos ideais do líder seringueiro. E realizou, em 1989, a primeira Semana Chico Mendes, com objetivo de difundir a memória e a história da luta em defesa da Amazônia. Com início em 15 de dezembro, data do aniversário de Chico, até dia 22, data de sua morte, o evento buscava mobilizar a sociedade por meio de debates e seminários e conferências acerca de temas ambientais.

“Falamos do legado de meu pai, um homem que viveu muito à frente de seu tempo, sobre a impor-

tância dos territórios e de sua tese de valorização da floresta em pé. São ideias à época muito ousadas e que ainda hoje se mostram atuais, a proposta de que as pessoas vivam na floresta mantendo com ela uma relação que vá além da ideia de mercado”, afirma Angela.

Entre as célebres palavras de Chico Mendes que foram eternizadas pela história está a frase emblemática que diz muito sobre os tempos atuais: “No começo, eu pensei que estava lutando para salvar as seringueiras; depois, pensei que minha luta era para salvar a Floresta Amazônica; agora, percebo que estou lutando para salvar a humanidade.”

Angela relata que a organização trabalhava pontualmente com a realização da Semana Chico Mendes, com pessoas voluntárias, até 2016, quando teve a ideia de criar um núcleo jovem para dialogar com a carta deixada por Chico, na qual ele se dirigia a jovens do

futuro: “Atenção jovem do futuro - 6 de setembro do ano de 2120, aniversário ou primeiro centenário da revolução socialista mundial, que unificou todos os povos do planeta num só ideal e num só pensamento de unidade socialista, e que pôs fim a todos os inimigos da nova sociedade. Aqui ficam somente a lembrança de um triste passado de dor, sofrimento e morte. Desculpem. Eu estava sonhando quando escrevi estes acontecimentos que eu mesmo não verei. Mas tenho o prazer de ter sonhado”.

A criação do núcleo possibilitou um trabalho mais permanente de conscientização nas escolas locais, a Escola de Ensino Fundamental Chico Mendes e também a Esperança do Povo. “O interessante deste trabalho é que possibilita o diálogo da juventude. Eles conseguem se entender e têm linguagens parecidas, ainda que sejam jovens da cidade e da floresta. Isso faz uma grande

diferença, pois a gente crê muito que a juventude seja determinante para o futuro do planeta, de seus territórios, a defesa das reservas extrativistas, que são decorrentes da intensa luta que meu pai liderou”, explica Angela.

Na defesa das reservas, o Comitê Chico Mendes é parceiro do Conselho Nacional das Populações Extrativistas, luta que reúne ativistas do Amapá, do Amazonas e diversos estados da região. Chico Mendes liderou o primeiro encontro dos povos da floresta, em 1985, onde se definiu o conceito de reserva extrativista, e foi um dos criadores da Aliança dos Povos da Floresta, sendo essa unidade parte de seu legado.

Pai e filha, unidos no amor e na luta

Angela também é nascida em um seringal, como seu pai, mas foi criada pelos tios, em Rio Branco, desde bem pequena, pois tinha problemas de saúde que necessitavam

de assistência médica, o que só havia na capital. “Fui me tratar na cidade, porque no seringal não havia nenhuma condição de tratamento. Meus pais, que eram muito pobres, tiveram uma outra bebezinha, Rosângela, que veio a óbito com 11 meses. Poderia ter sido o meu destino também se esses meus tios não tivessem me levado para a cidade, pois nesta época as doenças que vitimavam crianças eram muitas, entre elas a febre amarela”, lembra.

Até os 16 anos de idade, Angela ia a Xapuri apenas uma vez por ano, o transporte era difícil e seu pai estava sempre viajando para organizar os seringueiros de todo o estado. Quando já conseguia viajar sozinha de ônibus e retomaram os contatos mais frequentes, pouco antes de ele ser morto, Angela se recorda de um pai muito carinhoso e que já se destacava no noticiário.

“Meu pai era uma pessoa extremamente carismática e me tratava como

um dos filhos pequenos, eu já adolescente. Ele me chamava de manhã cedo juntos com meus irmãos, para brincar, como se eu fosse aquela criança que ele não teve a chance de conviver, de acompanhar o crescimento. Mas aí, logo depois, foi assassinado”, lembra.

Até que Angela assumisse a coordenação do Comitê Chico Mendes foi uma longa e difícil trajetória de superação. “A gente não teve muito tempo juntos. Depois que passou todo aquele período, tão perturbador e traumático para mim, comecei a trabalhar no Centro dos Trabalhadores da Amazônia, uma das ONGs que meu pai ajudou a fundar. E lá me aproximei daquele mundo que tão era essencial pra ele, lá na floresta, com aquele olhar que ele tinha de que era possível desenvolver sem desmatar e degradar. Trabalhávamos muito com a organização comunitária, as associações, os companheiros que estiveram com ele, fui conhecendo

mais sobre ele e sobre sua luta, que se tornou minha própria luta”, diz.

Angela recorda que o nome de seu pai ganhou muita notoriedade quando estava sendo construída a BR-364, no Acre.

“Ele identificou que o governo brasileiro não estava respeitando suas obrigações no contrato com as populações que estava sendo desapropriadas e denunciou esta situação nos Estados Unidos, que mandaram bloquear os recursos para a construção da estrada. Meu pai foi chamado de vagabundo, acusado pelas autoridades, pela imprensa de atrasar o desenvolvimento. Mas a construção iria impactar áreas indígenas e o governo não estava cumprindo sua promessa de indenizar as pessoas impactadas. Ele chegou a ser sabatinado na Assembleia Legislativa por cumprir um papel que deveria ser dos deputados, que nem sequer sabiam da existência do contrato”, relata.

Ela lembra que naquela

época a imprensa, as autoridades e os poderes constituídos tinham todos uma relação de compadrio. “As autoridades logicamente tinham terras, meu pai e Wilson Pinheiro realizavam os empates para impedir o desmatamento, o que deixava furiosos os donos do poder.” Nos chamados empates, estratégia atribuída a Chico Mendes, homens, mulheres e crianças se posicionavam em círculo em torno das árvores, impedindo o trabalho das motosserras.

Angela tem 51 anos, é mãe de Angélica, que também atua no Comitê Chico Mendes, de João Gabriel, e avó de Livia, uma menina que planta árvores. Para ela, a realidade atual na Amazônia é muito parecida com aquela da época em que seu pai foi assassinado, pois os que o mataram são os mesmos que estão lá hoje, atuando ilegalmente com desmatamento, garimpo e ameaçando as populações locais.

“Em 2019 tudo que

estava ruim começou a piorar. Bolsonaro, desde a campanha, ameaçava indígenas e quilombolas, e a gente percebeu que era necessário voltar no tempo e ver o que tinha dado certo para enfrentar o novo cenário. Na época em que meu pai atuava, foi necessária a Aliança dos Povos da Floresta primeiro para avançar na conquista dos territórios e também resistir às ameaças dos grileiros, madeireiros e fazendeiros que eram comuns aos indígenas. É só uma aliança como essa, de todos os povos que vivem na floresta, pode nos fortalecer para enfrentar e derrotar esses criminosos”. ■

Trevo Ribeiro

Trevo Ribeiro é compositor, músico e poeta. Nasceu em Xapuri, terra de Chico Mendes. Cresceu no Pará, Belém e Marabá e formou-se em antropologia no Rio de Janeiro. Em 2018 passou a trabalhar no Acre com os povos indígenas em uma ONG e acabou descobrindo o movimento de poesia de rua da cidade de Rio Branco. A partir daí, engajou-se na mobilização artística e apresentou-se diversas vezes como músico e poeta. Em 2021, partiu para um novo desafio: o lançamento de seu 1º EP, chamado “A Mata Cobra”.

FOTO: VRIN RESENDE



O EP “A Mata Cobra” tem como inspiração a vivência poética amazônica. Quando os caminhos das ruas se encontram com os caminhos da floresta, as sonoridades da resistência se manifestam. Com isso o EP se materializa na interação dos batuques afroindígenas e as musicalidade do Rap. A Mata Cobra faz uma reverência às reivindicações espirituais da floresta. O EP é um movimento que questiona



FOTO: CLAUDINEY ALVES DE SOUZA (CAS)

o mantra colonial da inexistência material, subjetiva, intelectual e cultural da Amazônia. As músicas e poesias inspiram a afirmação da vida, com os pés descalços e a terra vermelha-marrom entre os dedos. Este projeto é composto por imagens de um sonho ou de uma miração de cipó.

Pai Bento (Faixa integrante do EP "A Mata Cobra")

Sei não
 Parece amargo
 Que sede que me dá
 Que cara feia que faço
 Preciso me dá um espaço

Caçador de mim
 Parece que não tem fim
 To meio sozin'
 Cadê aquele meninin'

Numa procura de uma pró-cura
 Que sutura minha estrutura
 Qual é conjectura de uma
 Cabeça dura na

Direção da força abrir
 Meu peito a força
 Pra ouvir melhor meu coração
 Ouvido que já não escuta
 Boca que já não beija
 O afeto é uma luta
 Conseguindo é festejo

Eu vejo, mas não observo
 Me aprofundo no desejo pra deixar
 de ser um servo
 Saudade da onda suave

Que ela venha a procura da senha que
 me salve

Chega dessa força que me absorve

Se não tiver certo

Por favor, ressolve

Tudo que é sólido

Se dissolve na seiva do afeto

Raio de tristeza na solidão das horas

Caetano já dizia que ela é senhora

Tá chovendo incerteza

Me arranja um teto?

Pai Bento me acolheu

Sabe o que aconteceu

É só escutar seu papo reto

Pai Bento me falou

Meu filho cultive sua calma

Palavra vem na hora que tem que vim

Então, engatilhe sua alma

Pai Bento me falou

Pra quê tanta pré-ocupação?

Palavra vem na hora que tem que vim

Mas só com muita meditação

Trevo Ribeiro.

Link do EP "A Mata Cobra": <https://linktr.ee/trevoribeiro>

Instagram: @trevoribeiro

Facebook: <https://www.facebook.com/estevao.f.ribeiro/>

Youtube: <https://www.facebook.com/trevoribeiro-100893355409306>

Halaise Asaf



FOTO: @COLETIVODIFUSAO (@OALONSOJUNIOR E @CAIO_MOTA)

Halaise Asaf é uma das artistas do cenário manauara. Atualmente com 22 anos, é acadêmica de Letras - Língua Portuguesa, na Universidade Federal do Amazonas. Da cena do hip hop de Manaus, cantora e compositora de rap, poetisa, é pioneira do projeto Slam (batalha de poesia falada) na cidade de Manaus, com o "Slam na Praça", submetido como projeto de extensão pela UFAM. Organiza eventos e minicursos com temas de literatura marginal e poesia periférica. Acredita piamente que a educação transforma e ressignifica a vida de muitos, principalmente a vida dos seus, aqueles que vivem a margem da sociedade, que são esquecidos pelo estado e estigmatizados pelo sistema, por isso luta por uma educação inclusiva e igualitária, para que crianças e adolescentes tenham um real acesso a leitura, a poesia, a arte e a cultura.

Trecho da música Black Panther

"Cansada dessa vida, sem espaço, pele negra e favela é sempre o alvo. Hoje sou pantera negra, sem embaço, cês luta' pela paz mas nosso sangue é espetáculo."



CRÉDITOS DA CAPA: HENRIQARTES @FALAHENRIQ

Um salve pro HenriqArtes que produziu a capa desse EP maravilhoso!

EP Na Mira da Ideia: https://www.youtube.com/playlist?list=PLPuXeRK_Q4s8oBTlvXquNl67DKpBaeouw

Instagram: @halaise_asaf @marginaletrandos

Facebook: Halaise Asaf
Marginaletrandos

YouTube: Halaise Asaf

Chamada Pública Reconexão Periferias

No primeiro semestre de 2020 realizamos um edital de Chamada Pública para organizações e coletivos que fazem parte da rede Reconexão Periferias, 28 entidades foram contempladas. As atividades fruto da Chamada Pública Reconexão Periferias, realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert-Stiftung, acontecerão até 2021. Veja alguns materiais de divulgação de atividades realizadas.



AMPAC **TURMA 1**

Costurando Oportunidades

17/03
14 às 17H

Reaproveitamento de retalhos para produção de tapetes

RUA CATALÃO, 92, COQUE, RECIFE - AMPAC

MUTIRÃO

Horta Condor Cabo Gato

19/03
8H às 12H

R. do Condor, 925 - Peixinhos, Olinda

AMPAC **TURMA 2**

Costurando Oportunidades

24/03
14 às 17H

Reaproveitamento de retalhos para produção de tapetes

RUA CATALÃO, 92, COQUE, RECIFE - AMPAC

AMPAC **TURMA 2**

Costurando Oportunidades

24/03
14 às 17H

Reaproveitamento de retalhos para produção de tapetes

RUA CATALÃO, 92, COQUE, RECIFE - AMPAC

Falando do caos e evitando oCaos!

ROGERINHO GARNIEL

#SOLINEST

Live **Quinta 08/04**
18h30

De 4 países e todas as partes do mundo.

Deni Ladi

Nathy Pfütze

Falando do caos e evitando o CAO!
Porque a cultura, tão solidária, não merece auxílio?

Apoio:

Colaboração:

BIKESONORA

Movimento Social FOME

Início 17 de abril

Ferramenta de Comunicação Comunitária do Município de Sobral para prevenção do COVID-19 nas periferias através de uma bicicleta sonora conduzida por jovens da própria comunidade. Os jovens percorrem a comunidade para transmitir alertas e informações de higiene e direitos.

Patrocínio:

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:

Programa Semanal Reconexão Periferias

Terça-feira, às 17h (horário de Brasília)
No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Documentário sobre as periferias e a pandemia

Realização: Favelativa
Disponível em: Confira o documentário completo no [link](#)

Livro Cultura Política das Periferias Estratégias de Reexistência

concebido pelo selo Reconexão Periferias e organizado por Ana Lucia Silva Souza com capítulo introdutório e 23 artigos de 42 autores que expressam vozes de coletivos, produções e fazeres da cultura periférica, na contramão dos apagamentos e silenciamentos sistemáticos cotidianos, em especial os das juventudes negras. Disponível [aqui](#)

Documentário “Relatos de uma pandemia nas periferias amazônicas”. Resultado de uma trajetória de registros audiovisuais produzidos pelo Coletivo Ponta de Lança - ação contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo em parceria da Friedrich-Ebert. Disponível [aqui](#)



Atividades do Projeto Breaking de Alto Rendimento

Realização Antheyson Aguiar(Bboy Dmilk) e Team Floor Kings
Batalha de Breaking 1vs1 Bboys/Bgirls
Data: 18/04/2021
Horário: 15:00
Onde: <https://www.facebook.com/>

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação
<https://www.mulheresnacomunicacao.com/>
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h
O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal “Mulheres na Comunicação”

e-book Mulheres Negras Resistem: território, raça/cor e gênero

Disponível [aqui](#)

Vídeo/Documentário: "Movimento Nacional de Luta Pela Moradia – MNLM Amazonas"

Disponível [aqui](#)

Enxurrada III lança o Podcast Casa Preta com bate-papo sobre gestão de espaços culturais alternativos

Data: às quartas-feiras até 21/04/2021

Disponível nos canais [Spotify](#) e [Deezer](#)

Idealizada pela feminista negra, produtora cultural e artista interdisciplinar, Sanara Rocha, a plataforma Futurismos Ladino Amefricanas (F.L.A) apresenta a obra A Mulher Sem Cabeça, uma

performance-ensaio rito-musical dividida em dois experimentos audiovisuais: uma vídeo-performance intitulada Corpo Ebó, prenúncio para a ficção futurista e audiovisual A Mulher Sem Cabeça.

Entre 10/04/2021 e 20/04/2021

Disponível no [canal](#)

Rádio Comunitária "A Voz das Comunidades" 87,9FM

na página do Facebook e no aplicativo

[https://www.facebook.com/](https://www.facebook.com/radiocomunitariaavozdascomunidades87.9fm)

[radiocomunitariaavozdascomunidades87.9fm](https://www.facebook.com/radiocomunitariaavozdascomunidades87.9fm). Programações diárias das 6h às 20h (horário de Manaus).

Podcast do Instituto de Estudos Brasileiros - USP

Canal de podcast que aborda aspectos diversos dos acervos e das pesquisas em curso. Disponível em: <http://www.ieb.usp.br/podcast/>

CORRE Coletivo Cênico estreia virtualmente a partir do dia 10 de abril PARA-ISO

, espetáculo teatral dividido em oito episódios disponíveis pelo [youtube do CORRE](#) um por dia.

A peça episódica remonta a trajetória de um homem gay que vem a óbito, a partir da visão de cinco personagens que têm suas vidas atravessadas por Ele.

É durante a comemoração de seu sétimo ano de atividades que o

Coletivo COATO, em parceria com

o Grupo de Desenvolvimento de Jogos da UFRJ (GDP), lança com a participação do digital influencer baiano Thiago Almasy o espetáculo-game "Inimigos", no dia 16 de abril, que poderá ser baixado gratuitamente de sua data de estreia até 30 de abril no [site oficial do coletivo cênico](#).

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
29º Edital do Fundo PPP-ECOS – Amazônia Legal	Atividades econômicas desenvolvidas a partir do uso sustentável da vegetação, conservação e uso sustentável da biodiversidade, recuperação de áreas desmatadas e temas transversais que dialoguem com um ou mais dos anteriores, como turismo ecológico ou planos de gestão ambiental e territorial.	Até 03/05/2021	https://capta.org.br/opportunidades/ppp-e-cos-amazonia-legal/
Fundo Global de Resiliência para Meninas e Mulheres Jovens	O Fundo priorizará inscrições de meninas e mulheres jovens com deficiência, meninas e mulheres jovens de cor, jovens LGBTQIA2S, meninas e jovens afro-descendentes, indígenas e imigrantes e mulheres jovens, bem como aqueles que vivem em áreas urbanas de favelas, áreas rurais, campos de refugiados, territórios ocupados e em ambientes afetados por conflitos. Grupos registrados, não registrados e coletivos informais, com orçamentos anuais abaixo de US\$ 50.000 são elegíveis para participar da chamada.	Enquanto durar a pandemia de COVID-19	https://capta.org.br/opportunidades/global-resilience-fund-for-girls-and-young-women/
Fundo de Apoio Iniciativas Comunitárias - FAIC	A Fundação Renova irá apoiar as iniciativas comunitárias tanto individuais quanto coletivas das comunidades indígenas impactadas pelo rompimento da barragem de Fundão às Terras Indígenas Tupiniquim, Caieiras Velhas II e Comboios, localizadas no município de Aracruz Espírito Santo, identificados pelo estudo de impacto Estudo do Componente Indígena (ECI).	Até 16/04/2021	https://prosas.com.br/editais/8834-fundo-de-apoio-iniciativas-comunitarias-faic?locale=pt

<p>Chamada Pública para Apoio a Ações Emergências de Enfrentamento à COVID-19 nas Favelas do Rio de Janeiro</p>	<p>A presidência da Fundação Oswaldo Cruz FIOCRUZ faz saber, através da presente chamada pública, que estão abertas as inscrições para a seleção de projetos para execução de ações emergenciais junto às favelas do estado do Rio de Janeiro, visando auxiliar no enfrentamento da pandemia da COVID19 e seus efeitos nestes territórios</p>	<p>Até 29/04/2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/8872-chamada-publica-para-apoio-a-acoes-emergenciais-de-enfrentamento-a-covid19-nas-favelas-do-rio-de-janeiro</p>
<p>Edital Instituto Órizon 2021</p>	<p>O instituto poderá apoiar Organizações que estejam diretamente envolvidas ou que desenvolvam Programas e Projetos de educação nas seguintes áreas: creches/primeira infância, contraturno e reforço escolar, cursos profissionalizantes, preferencialmente com presença administrativa na Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro.</p>	<p>Até 29/04/2021</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/8874-edital-instituto-orizon-2021</p>
<p>O Instituto das Irmãs da Santa Cruz (IISC)</p>	<p>Este edital tem como objetivo fortalecer iniciativas brasileiras relacionadas a essas grandes áreas: direitos humanos, preservação do meio ambiente e promoção da educação. Podem participar Organizações da Sociedade Civil de todo território nacional que desenvolvam atividades de interesse público, nas áreas relacionadas aos eixos de apoio do IISC (item II do edital), com as seguintes naturezas jurídicas: a) Associação ou Fundação privada; b) Organização religiosa que atue na área social.</p>	<p>Até 20/04/2021</p>	<p>https://www.iisc2021.org.br/</p>

OPORTUNIDADES

<p>Processo seletivo Trê investindo com causa</p>	<p>Se o seu negócio visa gerar impacto socioambiental, cultural ou econômico positivo, inscreva-se para participar do nosso processo de seleção. A Trê busca conectar pessoas que querem investir no seu negócio, e oferece o investimento “peer-to-peer”, também conhecido como empréstimo direto ou coletivo. Esta é uma modalidade onde vários investidores podem reunir esforços, em forma de capital, para financiar o seu negócio a taxas justas, para que possa impulsionar seu impacto gerado</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://treinvestimentos.com.br/quero-financiamento/</p>
<p>Matchfunding Enfrente o Corona</p>	<p>A Fundação Tide Setubal, em parceria com a Benfeitoria, abre inscrições para o Matchfunding Enfrente o Corona, plataforma de financiamento de iniciativas de enfrentamento dos efeitos do Coronavírus nas periferias brasileiras.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://capta.org.br/opportunidades/fundacao-tide-setubal/</p>
<p>Fondo de Acción Urgente</p>	<p>Os Apoios de Resposta Rápida – ARRs é um modelo único de financiamento flexível e de curto prazo criado pelos Fundos de Ação Urgente, para apoiar de maneira estratégica ações que: protegem a diversidade de ativistas e suas organizações, quando elas estão em risco ou ameaçadas por seu trabalho na defesa dos Direitos Humanos e do território e da natureza; ou que atuem pela defesa e promoção dos direitos das mulheres e das pessoas LBTIQ+, estabelecendo precedentes legais, influenciando políticas e/ou promover mudanças nas práticas sociais ou culturais.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://fondoaccionurgente.org.co/es/que-hacemos/apoyos-de-respuesta-rapida/</p>